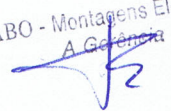


ANEXO I

DECLARAÇÃO

FUSICABO - Montagens Eléctricas, Lda.
A Gerência



- 1- Filipe da Silva Fernandes, com o cartão de cidadão nº 09669283, residente em Rua Outeiro – Ramalhais de Cima – Abiúl – Pombal, na qualidade de representante legal da firma, FUSICABO – Montagens Eléctricas, Lda., com o nº de identificação fiscal 506758761, com sede em Rua Maria Fogaça, LT6, nº17, Urbanização da Calçada – 3100 – 562 Pombal, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **“REFORMULAÇÃO DA REDE ELÉTRICA EXTERIOR DA EXPOCENTRO – PROCESSO Nº 070/AJD/SA/16”**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
- 2- Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:
 - a) *Proposta*
 - b) *Memória descritiva e justificativa*
- 3- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- 4- Mais declara, sob compromisso de honra que:
 - a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
 - b) Não foi condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (ou titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional);
 - c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (ou titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional);
 - d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
 - e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
 - f) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do nº1 do artigo 21º do Decreto-lei nº 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do nº1 do artigo 71º da Lei nº 19/2012, de 8 de Maio, e no nº1 do artigo 460º do Código dos Contratos Públicos;
 - g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do nº 1 do artigo 627º do Código do Trabalho;
 - h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão de obra legalmente sujeita ao pagamento de

impostos e contribuições para a segurança, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal ;

i) Não foi condenado por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes);

i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n° 1 do artigo 2° da Acção Comum n° 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na acepção do artigo 3° do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n° 1 do artigo 3° da Acção Comum n° 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na acepção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1° da Directiva n° 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização dos sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento, que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456° do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81° do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o Anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n° 4 desta declaração.

7- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456° do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Pombal, 16 de Janeiro de 2017

FUSICABO - Montagens Eléctricas, Lda.


(Filipe da Silva Fernandes)